Design [Cosmo]Político: práxis para superação da neutralidade e a centralidade no humano

[Cosmo] Political Design: praxis to overcome neutrality and human-centeredness

Imaíra Portela[1], Luiz Lagares Izídio[2] e Raquel Gomes Noronha[3]

[1]*Universidade Federal do Maranhão, Doutorado, imaira_medeiros@hotmail.com*
[2]*Universidade Federal do Maranhão, Doutorado, lagaresiz@gmail.com*
[3]*Universidade Federal do Maranhão, Doutorado, raquel.noronha@ufma.br*

Resumo. *O artigo traz o relato e os debates teóricos do VII seminário do grupo de pesquisa Narrativas em Inovação, Design e Antropologia -NIDA, intitulado Design Político: práxis, interseccionalidades, design e política. A partir de uma revisão narrativa de literatura, os coordenadores do seminário dialogam com proposições que reconheçam o design como ator fundamental para transformações políticas, assim como um modo de pensar que pode contribuir para combater o que ele mesmo alimentou: o mundo colonial. A partir de um programa de estudos de sete encontros, subdivididos em três blocos (práxis, interseccionalidades e design e política), intencionamos construir uma prática de design com outros mundos, buscamos aprofundar o debate, envolvendo a dimensão política. Como conclusão e resultados, apresentamos discussões sobre as percepções dos participantes do seminário a respeito dos impactos das leituras realizadas e dos debates em suas pesquisas e práticas de design.*

Palavras-chave: *Design e Política, Práxis, Design Político, Design Cosmopolítico.*

Abstract. *The article presents the account and theoretical debates of the 7th seminar of the research group Narratives in Innovation, Design and Anthropology (NIDA), titled Political Design: praxis, intersectionalities, design and politics. Based on a narrative literature review, the seminar coordinators engage with propositions that recognize design as a fundamental actor for political transformations, as well as a way of thinking that can contribute to combating what it has itself nourished: the colonial world. From a study program of seven meetings, subdivided into three blocks (praxis, intersectionalities, and design and politics), we aim to build a design practice with other worlds and seek to deepen the debate*

involving the political dimension. As a conclusion and result, we present the participants' perceptions regarding the impact of the seminars on their research and design practices.

Keywords: *Design and Politics, Praxis, Political Design, Cosmopolitical Design.*

1 Introdução

Pensar nas relações entre design e política não é algo *à priori*. As práticas e os produtos de design obedecem a uma série de decisões e exclusões que, se pensadas de modo acrítico, parecem neutras, ou respondentes a uma certa lógica que se apresenta isenta, uma vez que se entende como universal. Mas, assumimos a ordem bakhtiniana de que "todo discurso é ideológico" (Bakhtin, 1981), portanto, toda forma de comunicação, toda a produção material e toda a expressão da linguagem estão impregnadas das relações de poder, de valores, crenças, visibilizações e invisibilizações.

Como saber acadêmico, o campo do design também não se distancia do imperativo universalista e cientificista relativo a outros campos de saber. Neste sentido, concordamos com Kilomba quando afirma que o conhecimento acadêmico tem sido um espaço em que a objetividade científica, o saber, as referências, tem sido diretamente ligados ao "poder e à autoridade racial" (Kilomba,2019), também colonial, masculina, cisgênera, heterossexual, capitalista, burguesa, podemos continuar. Isabelle Stengers (2012) reflete sobre os artifícios da ciência em outorgar aquilo que deve permanecer como categorias para se pensar o mundo vivido e quais categorias devem ser deixadas de fora deste rol, como modo classificatório de entendimento de mundo. Propõe, ainda, a cospomopolítica (Stengers, 2012) como modo de superação da política que se pauta nas instituições democráticas humanas, expandindo o espaço de diálogo e ação, compondo mundos coletivamente com mais-que-humanos.

Deste modo, não há como apartar o design de uma elaboração política, pois esta elaboração está em seu cerne. Mas, em que medida o escamoteamento destas relações privilegia o que é hegemônico no campo?

Em discussão paralela, o questionamento sobre o alinhamento entre os termos design e social — que em alguns grupos teóricos parece ultrapassada — revela ser necessário diferenciar um design "não social" de um subcampo em que o social seja reafirmado, ou, tido como ponto central da prática. Mas, "não seria todo design social?" (Cardoso, 2011). Da mesma forma, nos questionamos, não seria todo design, político?

Estruturados como grupo de pesquisas, nós, autores do presente artigo, atuamos junto a grupos produtivos locais ligados à produção artesanal, aos saberes ancestrais e à relação com a terra, também em iniciativas desenvolvidas dentro do contexto acadêmico,

para a construção de materialidades por meio do designantropologia[1]. No exercício destas práticas, encaramos desafios constantes no cotidiano da pesquisa. Já discorremos sobre estes desafios em outras reflexões sobre os atravessamentos da micro e da macropolítica (Noronha, Izídio e Portela, no prelo) nos nossos campos de pesquisa, o que nos ensejou a buscar um maior aprofundamento no entendimento de política e de como o design se insere neste universo semântico.

Nos contextos de alta vulnerabilidade onde estamos inseridos e com quem copesquisamos, questões de micro e macropolítica vem cerceando práticas criativas e impondo limites ou impossibilitando a continuidade dos processos de designantropologia (Izidio, Farias, Noronha, 2022), principalmente quando nos deparamos com relações de poder desiguais, personificadas na política institucional, em grandes corporações, ou, falando no micro, nas emergências diárias por subsistência das comunidades com quem pesquisamos.

O Antropoceno também nos apresenta um desafio urgente. O sentido político também se altera, uma vez que não estamos lidando com a produção do mundo limitados à uma ideia de "sujeito" como o da era cosmopolita no início do terceiro milênio. Neste sentido, assumimos também o trabalho com outros cosmológicos ou diversais, acatando que não somos agentes sobre a natureza, mas estamos nos envolvendo com ela (Bispo dos Santos, 2023). Para dar conta desse envolvimento, buscamos o entendimento de outras cosmopolíticas (Latour, 2004) e do design como atividade cosmopolítica (Yaneva, 2015), atentos para uma abertura para a diversidade do mundo e reconhecendo a existência de todas as entidades que o compõem, também, de todas as entidades que estão envolvidas em um projeto de design.

Metodologicamente, este artigo realizou-se por meio de uma revisão narrativa de literatura, a partir da curadoria dos autores em relação ao que seria lido no seminário, e serviu de base teórica para responder às inquietações aqui apresentadas. Os resultados do artigo apresentam-se a partir de análises por triangulações, entre tais abordagens teóricas acionadas, as reflexões dos autores e percepções dos participantes das sessões do seminário, coletadas ao longo das sessões e em um formulário de avaliação do Seminário.

Para estas reflexões, o seguinte artigo apresenta, em sua primeira seção, o VII Seminário do Grupo de pesquisas Narrativas em Inovação, Design e Antropologia (NIDA), com o tema Design Político: Práxis, Interseccionalidades, Design e Política. Em sequência, o debate sobre os textos discutidos durante o ciclo de estudos. Por fim, as reflexões geradas a partir das discussões dos textos e das experiências dos participantes durante as leituras, bem como as interlocuções com suas próprias pesquisas.

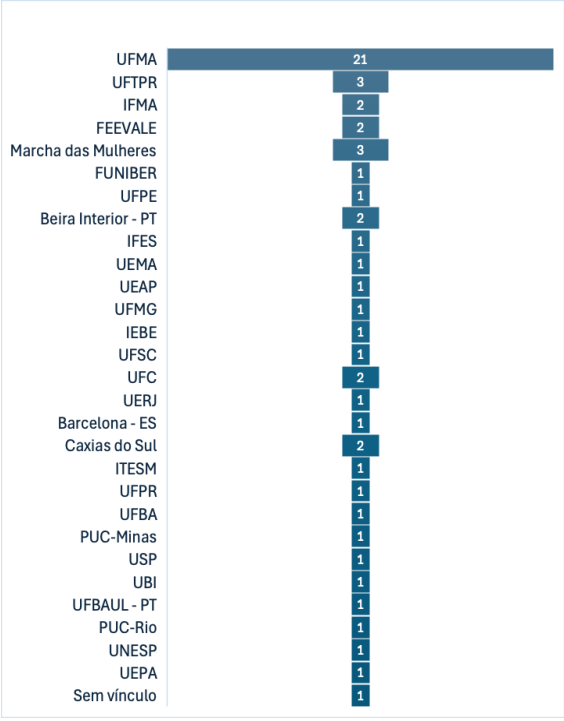
[1] A escolha política por grafar designantropologia, juntos, é por caracterizar a profunda intersubjetividade entre os dois campos, em que narrativas e práticas emergem como devir, considerando vivências, epistemologias e imaginações de ambos (Izidio, Farias, Noronha, 2022).

2 O Ciclo de Estudos Design Político: práxis, interseccionalidades, design e política

O ciclo de estudos proposto pelo VII Seminário do NIDA, com o tema Design Político: Práxis, Interseccionalidades, Design e Política, surgiu da vontade de ampliar nossas visões teóricas sobre política de modo a aprofundar as bases discursivas de nossas práticas de pesquisa, percebendo que em nosso cotidiano, para os grupos com quem pesquisamos, as questões políticas permeiam todos os processos, seja nas questões de Economia Solidária, projetos com agentes culturais, projetos sobre políticas institucionais de gênero. Entendemos que, embora os nossos diálogos teóricos deem conta de nos dar alicerce discursivo, a emergência em aliar os campos do Design e da Política, propondo um Design Político era fundamental para seguirmos de forma coerente e responsiva às nossas demandas e às de nossas copesquisadoras - como optamos por denominar as pessoas que participam em processos de cocriação nas pesquisas e ações de design.

A partir de uma metodologia de revisão bibliográfica, os coordenadores do ciclo, selecionaram textos orientados a partir de sete encontros, divididos em três blocos de discussão: práxis, interseccionalidades e design e política. Os dois primeiros blocos dividiram-se em dois encontros, já o último contou com três encontros. Os encontros aconteceram de forma híbrida, entre os meses de janeiro e março de 2025 e contaram com a participação de estudantes e pesquisadores de diversas regiões do país e do exterior (Gráfico 1), totalizando 52 pessoas inscritas.

Gráfico 1 - Vínculos institucionais das pessoas inscritas no seminário.



Fonte: Do formulário de inscrições.

A chamada convite teve o seguinte texto:

O VII Seminário do NIDA apresenta o tema design político. Queremos dialogar com proposições que reconheçam o design como ator fundamental para transformações políticas, assim como um modo de pensar que pode contribuir para combater o que ele mesmo alimentou: o mundo colonial. Na intenção de construir uma prática de design com outros mundos, buscamos aprofundar o debate, envolvendo a dimensão política. Buscamos tratar as questões relacionadas às novas economias, ao mundo do trabalho, às interseccionalidades e às cosmopolíticas.

Efetivamente, o quorum das reuniões ficou em cerca de 15 a 25 participantes por sessão, envolvendo designers, estudantes de design em nível de graduação e pós-graduação, bem como estudantes de pós-graduação de outras áreas. Embora o número de participantes na sala do *Google Meeting* fosse sempre maior, percebemos que a abertura para a participação nas discussões ocorreu massivamente apenas por um grupo mais efetivo de pessoas. A adesão à participação não foi um dado investigado neste processo.

As leituras indicadas para o bloco **Práxis** foram Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci (Gramsci, 1999), a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (Freire, 1968) e A luta de Classes : uma história Política e Filosófica de Domenico Losurdo (Losurdo, 2015). Estas escolhas foram pautadas na intenção de pensar nossa própria práxis de pesquisa. Assim, intencionamos aprofundar as noções sobre Práxis a partir das leituras marxistas e da atualização por seus leitores. No sentido Freireano (1968), alimentar a ação a partir da reflexão sobre a ação nos proporciona a possibilidade de transformar a realidade social. Para o segundo bloco, **Interseccionalidades**, lemos O pacto da Branquitude de Cida Bento (2022) e o Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual de Paul Preciado (2014). A escolha dos textos se deu a partir da noção de que a discussão política não passa ao largo das discussões sobre Interseccionalidade. Os estudos sobre raça e gênero, além de atravessar a agenda de pesquisa do grupo, também são fundamentais para responder às demandas políticas contemporâneas.

No terceiro e último bloco, **Design e Política**, discutimos os textos *What is cosmopolitical design?: design, nature and the built environment* de Albena Yaneva e Alejan Zaera-Polo (2015), *A New Political Imagination. Making the case,* de Tony Fry e Madina Tlostonova (2021), *Decolonizing design through the perspectives of cosmological others: Arguing for an ontological turn in design research and practice* de Ahmed Ansari (2019) e, para encerrar, Comum: ensaio sobre a revolução do século XX, de Pierre Dardot e Christian Laval (2017). Neste último bloco, intencionamos nos aproximar das leituras de Design e Política de práticas que já estão sendo estabelecidas no campo, discutir aproximações e distanciamentos dos casos apresentados para as nossas realidades e repensar formas de fazer um Design Político.

3 Das Relações entre Design e Política

A escolha pelo tema Design Político para o Seminário recaiu sobre a necessidade de reflexão sobre nossas próprias ações e expandir o debate para pessoas que estivessem

interessadas em aprofundar e discutir não somente a participação em design, mas especificamente entendermos a qualidade dessa participação. Em estudos anteriores advogamos pela superação de armadilhas coloniais embutidas em processos de design participativo (Noronha, 2022) e desejávamos aprofundar nossas reflexões sobre a possibilidade de uma participação radical em processos de design de forma a mitigar a colonialidade do poder, do ser e do saber.

Silvia Rivera Cusicanqui (2010) afirma que práticas coloniais são reproduzidas em novos centros de poder, dentro das antigas colônias que, acostumadas às desigualdades e ao forte poder disciplinar, acostumam-se a eles. Essa afirmação pode parecer um pouco radical, mas fala da imposição da colonialidade do saber e a sua naturalização nas relações cotidianas, e incluímos aqui os processos de design em suas diversas formas de colaboração.

Em relação a essa forma de estabelecer processos participativos, Noronha (2022) aciona a problemática da imposição de uma certa cosmovisão como único ponto de partida - e também como ponto de chegada - da e para a participação. Seja no processo de produção de ferramentas de participação, como metadesign, seja no convite aos grupos participativos para colaborar, o que observamos é o condicionamento de outras formas de ser no mundo – especialmente quando trabalhamos com comunidades vulnerabilizadas – o fazer, o processo criativo em si, fica restrito à essa forma hegemônica de construção de mundo.

Paul B. Preciado (2018) reflete sobre o papel do design nesta produção de mundos e consequentemente na produção de corpos, que ficam submetidos à essa cosmosvisão petrossexoracial. Em sua visão, o design é uma tecnologia política que molda corpos, subjetividades e relações sociais. Para ele, o design não se limita à estética ou funcionalidade, mas atua como um instrumento de poder que estrutura experiências de gênero, sexualidade e identidade.

Neste sentido, apresentaremos os debates das autoras e autores escolhidos para o Seminário, entrelaçando com este debate sobre o design como tecnologia política, não para enfatizar os efeitos nefastos de uma narrativa hegemônica, como discutimos anteriormente, mas para superá-la e entender novos caminhos para um design político.

3.1 Práxis

Iniciamos nosso percurso com Gramsci, com a leitura do trecho Apontamentos para uma introdução e um encaminhamento ao estudo da filosofia e da história da cultura, no volume 1 dos Cadernos do Cárcere (Gramsci, 1999).

Neste excerto, Gramsci propõe uma reconfiguração radical da filosofia, tornando-a acessível e imanente à vida cotidiana e às práticas sociais. Ele desafia a ideia elitista de que a filosofia é um saber reservado a intelectuais profissionais, afirmando que todos os homens são “filósofos”, na medida em que possuem uma concepção de mundo implícita em sua linguagem, no senso comum, na religião popular e nas práticas culturais do cotidiano.

Essa visão sobre a práxis dialoga proximamente com certas visões de design, como a proposta por Ezio Manzini (2015), que enfatiza que "todos somos designers", e que há gradações dentro deste ser - do designer difuso, aquele que pratica sem ter uma formação especializada e o que possui formação especializada, o designer expert.

Ainda que já tenhamos dialogado com Gramsci afirmando que haveria um designer orgânico (Noronha, 2017) nos afastamos deste pensamento, em nossos caminhos no NIDA. Não entendemos, portanto, que qualquer prática criativa e construtoras de mundos necessitem estar na rubrica design. Assim, contribuímos, em nossas práticas e ações de pesquisa em design com a emancipação prática e discursiva em relação ao design. Nem toda prática criativa é design e nem precisa caber em alguma "caixinha" deste campo. Chamar as práticas criativas por seus nomes nativos e autóctones representa uma importante postura contracolonial, a de usar a prática do colonizador - nomeação - para enfraquecê-lo, como nos incita Nêgo Bispo (2023).

Entendemos, também a partir de Gramsci, o papel emancipador do reconhecimento da filosofia espontânea[2], presente na linguagem e nas crenças e hábitos — ou seja, nas formas "naturais" de vida das massas. Essa filosofia espontânea reflete as contradições sociais e históricas nas quais o indivíduo está inserido. Tal abordagem dialoga com o reconhecimento dos saberes tácitos e tradicionais que entram em jogo em processos participativos de designs que desejam abrir seus processos a cosmologias outras.

Neste sentido, trazemos a segunda leitura do seminário, a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire (1968). Ambos autores entendem o saber como um instrumento de libertação, que só é possível por meio da crítica à ordem existente e da práxis transformadora. Na medida que em nossas práticas pensamos o design como linguagem e como tecnologia de construção de mundos, a abordagem da valorização dos conhecimentos de diversas naturezas enriquece tal construção, emancipando-nos de uma monocultura epistemológica, advinda do processo colonial.

As reflexões de Freire sobre conscientização - o processo pelo qual o oprimido toma consciência de sua realidade e se compromete com a transformação social dialoga em profundidade com a proposta gramsciana de uma passagem da filosofia espontânea (senso comum) à "filosofia da práxis" — uma visão de mundo crítica e historicamente situada, produzida de forma instancial.

Essa reflexão nos é extremamente cara, no sentido de reafirmar que o designantropologia que vimos praticando possui essas características emancipatórias, de valorização dos saberes locais; a realização instancial, no tempo e hora do presente, não apenas como um lançamento ao futuro, como nos propõe acepções históricas do termo design. O processo de especulação e imaginação de futuros se fazem presentes, sim, mas

[2] Gramsci utiliza a palavra folclore, que omitimos de nossa argumentação. O termo caiu em desuso por seu caráter hierarquizante da "cultura do outro", como se fosse algo de menor relevância.

materializados e amalgamados nas práticas cotidianas a que nos propomos construir juntos.

Ao debate, convidamos a contribuição de Domênico Losurdo (2015), com sua obra “A luta de classes". Uma história política e filosófica”, da qual lemos a introdução e o capítulo IX, no seminário. A discussão do autor pauta-se em uma crítica à alienação da práxis, fenômeno que ele denomina idealismo da práxis. O autor o define como a crença de que a vontade revolucionária bastaria para mudar a realidade, desconsiderando mediações históricas, culturais, econômicas e políticas. Isso resultou, em muitos casos, em fracassos ou deformações do projeto emancipatório e revolucionário. Essa crítica de Losurdo também dialoga à crítica de Freire (1968) ao ativismo sem reflexão. Para Freire critica o ativismo como ação sem reflexão crítica. Ele diz que o ativismo é tão alienante quanto o verbalismo, que é o processo inverso, a prática discursiva sem ação.

Para Losurdo, a práxis possui algumas características que a resguardam de uma ação ilusória ou, como temos percebido em nossas pesquisas, sobre design participativo e design antropologia, uma pseudo-participação ou inclusão condicionada, como refere-se Rivera Cusicanqui (2010). Em Losurdo (2015), a práxis é histórica e situada, não universal ou abstrata; não é automática, ou seja, não basta agir para transformar — é preciso compreender as mediações históricas e culturais; e deve ser crítica, pois mesmo ações revolucionárias podem resultar em novas formas de dominação se não forem constantemente repensadas.

Estas caraterísticas, ressalvas e ponderações dos autores acionados no primeiro bloco do Seminário nos interessam de modo importante, especialmente quando entrelaçamos tais entendimentos sobre a práxis com as teorias feministas decolonais. Ochy Curiel (2020) critica a separação entre teoria e prática, enfatizando que a práxis deve ser uma ação-reflexão contínua que emerge das vivências e resistências das mulheres racializadas e marginalizadas. Ela argumenta que a descolonização não é apenas um conceito teórico, mas um processo prático de ruptura com as normas e estruturas opressoras herdadas do colonialismo. Assim, direcionamo-nos ao segundo bloco, relacionando práxis e interseccionalidades.

3.2 Interseccionalidades

Este bloco de leituras foi concebido para complexificar o entendimento da práxis política, em contextos de extrema vulnerabilidade, como os que vivemos em nossas realidades de pesquisas. Aqui, iniciamos com Curiel (2020) e sua crítica ao próprio conceito de interseccionalidade, reconhecendo a importância histórica da interseccionalidade (proposta por Kimberlé Crenshaw) como forma de visibilizar a sobreposição de opressões (gênero, raça, classe etc.). No entanto, ela critica o uso institucionalizado e despolitizado do conceito, que muitas vezes é adotado por ONGs, universidades e políticas públicas sem questionar radicalmente as estruturas coloniais e capitalistas que sustentam essas opressões.

Enquanto a interseccionalidade é muitas vezes usada como uma lógica de *inclusão* nos sistemas existentes (por exemplo, reconhecer múltiplas identidades dentro do feminismo liberal), Curiel defende uma política de ruptura e transformação estrutural. Ela não quer apenas "incluir" mulheres negras, lésbicas e indígenas nos discursos dominantes — quer destruir as estruturas que as excluem. A proposta de Curiel é antissistêmica, anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal — não apenas "interseccional".

A partir desta visão crítica, optamos por manter a categoria interseccional pelo seu alcance e reconhecimento, aliada a estas reflexões sobre a cooptação de categorias emancipatórias pelo capitalismo, como já elaboramos anteriormente (Izidio *et al.*, 2024). O primeiro texto deste bloco foi o "Pacto da Branquitude", de Cida Bento (2022), do qual lemos os capítulos 1, 2, 3 e 5, para o Seminário.

A autora desenvolveu o conceito de "pacto narcísico da branquitude" para descrever um acordo tácito entre pessoas brancas que visa manter seus privilégios raciais por meio da negação e do silêncio sobre o racismo estrutural. Esse pacto possui "um componente narcísico, de autopreservação, como se o diferente ameaçasse o 'normal', o 'universal'. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele" (Bento, 2022, p. 15).

Bento critica a forma como esse pacto se estabelece, em específico quanto ao conceito de meritocracia, que refere-se ao conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que depende do esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas "habilidades" com a história social do grupo a quem ela pertence e com o contexto no qual está inserida" (op.cit, p. 16-17). Essa alienação do indivíduo em relação ao vivido, pessoal e coletivamente traz consequências que reforçam a própria ideia de norma e uma racionalidade perversa que legitima o sistema opressor.

Mais uma vez, a crítica feminista nos ajuda a problematizar as concepções de normalidade e participação, com a criação de hierarquias a partir da racialização e da diferenciação do outro que não faz parte da sociedade, separando a própria possibilidade de imaginação e criação de mundos a partir de si, e do outro.

Ao longo do texto, Cida Bento enfatiza o papel dos movimento sociais de mulheres negras, indígenas e quilombolas, que, amparadas por políticas públicas de inclusão – as mesmas que criticamos como formas de cooptação acima, com Curiel (2020) – agem em prol da construção de contra-narrativas, naquilo que podemos identificar como a subversão da cooptação.

Assim, a interseccionalidade pode se configurar como prática política emancipatória, quando ressemantizada de modo crítico, como também observa Tunstall (2013) sobre o uso das tecnologias, em práticas de Design Anthropology entre populações indígenas. A situacionalidade é condição imprescindível para a superação da cooptação da interseccionalidade bem como para uma práxis política de designs que busquem a ruptura com o sistema petrosexoracial.

Neste sentido, aproximamo-nos da segunda leitura deste bloco, o texto Tecnologias do sexo, no livro Manifesto contrassexual (Preciado, 2014). Nesse excerto, Preciado faz uma crítica contundente à naturalização das categorias de sexo e gênero, argumentando que estas são construções históricas moldadas por dispositivos tecnológicos, políticos e econômicos. Do mesmo modo, trazemos o debate para o campo do design, como meio para a criação e estabelecimento de um mundo material a partir da heteronormatividade.

A proposta de Preciado em acionar a categoria da contrassexualidade reside no seu caráter contraprodutivo, desafiando a forma prazer-saber da sexualidade moderna. Deste modo, alinha-se ao debate contracolonial que propomos no Seminário, de subverter a ordem heteronormativa binária. Para o autor (op. cit, p.23), "a contrassexualidade afirma que o desejo, a excitação sexual e o orgasmo não são nada além de produtos que dizem respeito a certa tecnologia sexual que identifica os órgãos reprodutivos como órgãos sexuais, em detrimento de uma sexualização do corpo em sua totalidade".

Neste sentido, a discussão sobre o comprometimento do design com determinado *modus operandi* normativo, em face ao que Preciado (2023) denominada como sistema petrossexoracial que opera como uma tecnologia de poder que molda corpos, desejos e subjetividades, promovendo uma gestão necropolítica das vidas e subjetividades, fez-se presente em nossos debates. O design, como uma tecnologia sexual opera a partir de uma determinada cosmologia, que historicamente invisibilizou outras cosmovisões, e esse debate têm sido realizado por pesquisadoras no âmbito das discussões de design e gênero, como em Dúran e Fresler (2021), Beccari (2021), Almeida *et al.* (2024), entre outros.

Em suma, os debates propostos posicionam o design na centralidade destes processos de construção de mundos e de corpos, que podem ser direcionados a essa normatividade binária ou para a ampliação e emancipação dessas materialidades de corpos. A crítica contracolonial e decolonial a essa universalidade patriarcal fortalece o caráter da contextualidade dos debates e a situacionalidade das pesquisas e ações de design empreendidas, como forma de práxis política do design.

3.3 Design e Política

No terceiro bloco do Seminário nos lançamos aos escritos do campo do design relacionando-o com a política. Optamos por deixar essa aproximação para o último momento, a fim de que as articulações já realizadas entre design e política não influenciassem nossas percepções das leituras anteriores, possibilitando uma reflexão menos contaminada pelos debates já realizados no campo do design, dos textos anteriores. Realizamos a leitura de quatro textos. O primeiro deles foi o de Albena Yaneva e Alejandro Zaera-Polo, intitulado "*What is cosmopolitical design? design, nature and the built environment*", do qual acessamos a introdução e o nono capítulo, de autoria de Fernando Domínguez Rubio e Uriel Fogué.

A introdução contempla o posicionamento que o design não é apenas uma prática técnica ou estética, mas uma atividade que produz mundos — molda sensibilidades, relações e modos de existência. Isso o aproxima da cosmopolítica, entendida como o

cuidado com a coabitação entre diferentes seres e modos de vida. Baseando-se na filosofia de Isabelle Stengers, a cosmopolítica é apresentada como uma forma de pensar e agir que reconhece a heterogeneidade do mundo e rejeita a ideia de uma única racionalidade dominante. Ela convida à escuta e à negociação com múltiplas agências — humanas e não humanas. Critica, ainda, o design tradicional, muitas vezes alinhado com os interesses do capitalismo, da colonialidade e do extrativismo. Em contraste, os autores defendem um design não hegemônico, comprometido com a justiça ambiental, epistêmica e ontológica.

Ao longo do capítulo 9, os autores articulam o entendimento de dois processos - *enfolding* e *unfolding.* O primeiro, relacionado a um processo de inscrever, capacidade do design de inscrever códigos políticos, valores e relações de poder em materiais, espaços e corpos, de forma silenciosa e estrutural. É o caso, por exemplo, das cadeiras escolares analisadas por Foucault ou dos quebra-molas discutidos por Latour. Essas formas de design atuam no nível subpolítico, configurando condutas e subjetividades sem debate ou visibilidade pública. De forma alternativa e complemento crítico: propõem a forma *unfolding*, que relaciona-se ao significado de desdobrar, tratando da capacidade do design de propor novos mundos, relações e entidades políticas, expandindo o que pode ser considerado político.

Essa abordagem está alinhada com a noção de cosmopolítica de Isabelle Stengers, que propõe multiplicar os mundos possíveis em vez de unificá-los. A autora não entende a junção dos termos cosmo + política como algo estável e apaziguado, mas como uma possibilidade de desacelerar e compor mundos coletivamente, sem hierarquias fixas, por meio de práticas situadas. Isso envolve tanto o conhecimento científico quanto saberes locais, afetivos e cotidianos.

Outro texto acionado neste bloco foi o *"Decolonizing design through the perspectives of cosmological others: Arguing for an ontological turn in design research and practice"*, de Ahmerd Ansari (2019). Nele, o autor argumenta que o design moderno se funda em uma epistemologia eurocêntrica e colonial, que impõe formas de vida, valores e saberes como se fossem universais. Ao propor uma virada ontológica, ele convoca os designers a escutar e aprender com as cosmologias locais, tratando as diferenças não como variações de um mesmo modelo, mas como ontologias distintas que produzem mundos próprios. O design, assim, torna-se uma prática de negociação e coabitação entre mundos, e não uma ferramenta de normalização.

Em seguida, percorremos o conceito de uma nova imaginação política, proposto por Tony Fry e Madina Tostlonova (2021), em lívro homônimo. Os autores, mediante a crise climática global e a ruína das instituições democráticas e suas principais forma de ação, argumentam, no mesmo sentido que vimos em Domínguez e Fogué (2015), que a política existente é considerada anacrônica, reativa, instrumental e redutiva, e incapaz de enfrentar os desafios complexos e interdependentes da realidade atual. A imaginação política tradicional está presa à substituição de uma ideologia por outra, sem romper com as bases coloniais, patriarcais e capitalistas da modernidade.

A nova imaginação política deve recriar a política como prática vivida, que reconhece múltiplos interesses — inclusive os de populações desumanizadas e de entidades não humanas (como ecossistemas e tecnologias). Trata-se de uma política ontológica, não apenas institucional. Os autores defendem uma imaginação política pluriversal, que acolha múltiplas epistemologias, cosmovisões e modos de existência — em contraste com o universalismo eurocentrado da modernidade ocidental. Embora o foco da introdução não seja o design, os autores mais adiante relacionam essa nova imaginação política a práticas transdisciplinares, como o design, que têm potencial para criar alternativas existenciais e materiais às formas destrutivas de vida hegemônicas.

O ciclo de estudos finalizou suas atividades com a leitura da introdução e primeiro capítulo do livro Comuns: ensaio sobre a revolução do século XX, de Pierre Dardot e Christian Laval (2017). Neste trecho, os autores realizam uma arqueologia do conceito de comum que, no senso comum, é frequentemente reduzido a noções de recursos naturais, bens compartilhados ou práticas de colaboração, sem romper com as estruturas do capital.

Ao realizar um percurso histórico sobre o comum, defendem o comum como princípio político e jurídico que não se reduz à gestão de bens, mas afirma uma nova forma de instituir e organizar a vida social. O comum não é algo dado ou natural (como a terra ou a água), mas algo produzido coletivamente por práticas sociais e políticas. A arqueologia revela que o comum não pode ser separado da luta e da invenção institucional — ou seja, o comum é práxis política coletiva.

4 Debates e Autorreflexões

Ao final do ciclo de estudos, desejamos entender quais haviam sido as impressões dos participantes sobre as leituras e as discussões estabelecidas naquele espaço. Para isso, enviamos um questionário via google form com os seguintes questionamentos:

1. Qual era o seu entendimento sobre as relações entre Design e Política antes de participar do Seminário Design Político?
2. E depois do Seminário Design Político, qual a sua percepção?
3. Quais os aportes teóricos você identifica que mais contribuíram para sua pesquisa após a participação no Seminário Design Político?

O conjunto de respostas a essas perguntas evoca algumas questões relativas às próprias discussões fomentadas durante os debates no ciclo de estudos, como a pretensa ideia de neutralidade do campo do design, a importância da formação política e politização do campo e por fim tendo consciência disso o que podemos fazer diante disso. Para a apresentação dos relatos utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade dos participantes. Abaixo discorremos sobre essas possibilidades de reflexão a partir das respostas às indagações propostas no formulário.

4.1 Neutralidade do Campo

A cristalização de dicotomias, herança epistêmica da modernidade, a invasão da vida pelo inconsciente colonial capitalistíco, desenvolvendo intersubjetividades moldadas pelo capitalismo, patriarcado e colonialismo fundamentam o pensamento atual que culmina nos

processos do antropoceno que tem guiado nossas ações diante do mundo. Se tomarmos o tema da neutralidade e da universalidade como ponto de análise das nossas práticas, os modos de pensar e ensinar projeto e design são herdeiros de uma tradição fundada no modernismo, portanto, é possível localizarmos o design nesse cenário, uma vez que ele é o filho bem sucedido e predileto dessa modernidade e por muitas vezes, é também, direcionado por essas forças de poder, buscando como base de suas ações uma posição de neutralidade diante desse cenário.

Para nós era importante a percepção dos participantes do seminário sobre a relação de neutralidade do design diante do encontro com campos diferentes do saber e de suas ações a partir desses encontros, pois quebrar essa percepção seria o primeiro passo para construirmos uma relação entre design e política. Este pensamento foi o que instigou a pergunta: Qual era o seu entendimento sobre as relações entre Design e Política antes de participar do Seminário Design Político? abaixo algumas respostas:

> *Entendia a importância de relacionar as duas disciplinas, visto que o design está longe de ser um campo neutro.* Renata

> *Entendo também que pesquisar a relação entre design e política vem de um desejo de entender o design como um campo não neutro, analisando nossas ações a partir de quais discursos estamos alimentando, isso requer uma reflexão profunda sobre história e filosofia do campo e também do próprio fazer científico, do que entendemos por ciência.* Sofia

Alguns participantes já tinham a percepção da impossibilidade do design ser um campo do saber neutro e da necessidade de posicionamento crítico tanto por parte do campo como do próprio profissional do design diante das nossas ações no mundo. Já tiveram alguns participantes que relataram que a participação no seminário auxiliou no entendimento crítico do fazer design. Podemos perceber isso na seguinte resposta.

> *O Seminário me ajudou a compreender o valor de politizar o nosso campo, não somente para romper com as ideias de neutralidade, mas, principalmente, para irmos na direção da nova imaginação política, que está interessada numa política cotidiana que chama para a conversa todos aqueles que foram, e continuam sendo, excluídos dos ditos processos democráticos e históricos.* Carla

É interessante perceber como o participante relaciona o posicionamento crítico da não neutralidade com o fato de que tal ação é capaz de levar a possibilidade de criar e direcionar uma nova imaginação política que impacta o cotidiano, que abre para o diálogo e para processos democráticos.

Essa percepção corrobora com algumas criticas que já estão sendo feitas no campo, como por exemplo, a crítica feminista que aponta para uma ruptura da neutralidade no campo quando denuncia que um determinado modelo de pensamento e prática de design (assim como seus praticantes, no masculino), é visto como "o bom", enquanto outras formas de projetar (e outras praticantes, no feminino) são relegadas à posições subalternas (Dúran, Fresler, 2021). Também nesse sentido podemos questionar o "pacto da branquitude" (Bento, 2022) quando as produções e práticas de projeto de designers negres são invisibilizadas. Nesta ordem, como afirma Kilomba, quando acadêmicas/os brancos

afirmam ter um discurso neutro, objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que naturalmente não é neutro, nem objetivo ou universal, mas dominante (Kilomba, 2019).

4.2 Politização do Design e Formação Política

A captura do desejo coletivo, pelo capital, contribui para a manutenção das relações de poder, políticas, econômicas, ambientais, etc, já instituídas também no campo do design. Sendo assim, é imperativo pensarmos a relação entre design e os agenciamentos dos políticos do capital e nossos desejos para estabelecermos de que maneira a politização do design e a formação política crítica pode estabelecer a permanência desses processos instituídos ou a mudança dessa relação (Pelbart, 2011).

Acreditamos que ter esse momento de leitura e busca de novas conexões do design com outros campos e principalmente o político, no caso do seminário, foi importante para estruturar e fomentar, uma consciência crítica nossa enquanto grupo de pesquisa e dos participantes. Nosso intuito ao perguntar: E depois do Seminário Design & Política, qual a sua percepção sobre essa relação? O desejo aqui, na verdade, era perceber o que os participantes relataram sobre a relação das leituras com o primeiro entendimento acerca da relação entre Design e Política, e para além disso o que participar do seminário auxiliou ou não no processo individual deles de pesquisa. Abaixo descrevemos algumas respostas.

> *Antes do seminário as minhas percepções sobre Design e Política eram muito restritas. O meu entendimento não contemplava as questões pautadas no seminário. E muito menos as relacionavam à Política.* Cássia

> *É uma das perguntas que tem guiado minhas pesquisas, meu entendimento até agora é que pensar política no design implica que a pesquisadora passe por uma formação política, tentando conceituar termos muito falados hoje em dia mas que por vezes perderam o sentido ou a força que almejavam ter quando surgiram, ex: antirracismo, democracia, anticapitalismo e aí por diante.* Renata

Como dito anteriormente, o intuito de realização do seminário era de certa maneira um processo de formação política e busca por uma arcabouço teórico que pudesse dar base para uma crítica possível do fazer e pensar política no campo do design. Era um desejo do nosso grupo de pesquisa e pela resposta é perceptível que também era um desejo dos participantes. Principalmente para ampliar o conhecimento sobre o tema e o entendimento e desconstrução de alguns conceitos já cooptados pelas forças de poder do inconsciente-colonial-capitalistíco (Izidio *et al.* 2024).

Alguns participantes trouxeram relatos sobre a dificuldade de lidar com temas contemporâneos e na intersecção desses temas, é o caso do relato abaixo:

> *Os diálogos que participei no seminário me ajudaram a ver que se trata de uma limitação do ambiente em que me encontro pesquisando e que há mais pesquisadores pelo país fazendo as conexões que eu gostaria de estar fazendo. Por exemplo, investigo alguns temas que, quando analisados isoladamente, encontro respaldo tanto na literatura de design como em professores e orientadores:*
>
> *- o design nos processos gráficos artesanais contemporâneos*

> *- o design aliado a educação para formação & capacitação de jovens*
>
> *- o design e a responsabilidade ao lidar com organizações sociais e comunidades.*
>
> *Mas quando proponho o cruzamento desses temas, fica evidente a questão política e social do design e a relação com o trabalho, e a complexidade parece afastar o apoio. Parece haver poucas pessoas com quem dialogar a respeito.* Cássia

O seminário foi um momento de conexão de pesquisadores interessados no tema Design e Política, fica claro isso no relato. A fala traz uma perspectiva importante que é a percepção de que o pensamento político e social do design perpassa temas diversos dentro do campo. Isso reforça nossa tese sobre o Design Político, na medida em que, têm-se a noção que assim como todo design é social, também, todo design seria político. Se pensarmos que as relações de poder perpassam todas as nossas práticas, e além disso, de que nossos saberes e fazeres são interseccionais, como diz no relato, não se trata apenas de uma percepção sobre processos gráficos artesanais, mas como esses processos estão posicionados na educação, na formação, na capacitação, na responsabilidade social e política com as comunidades.

Outro ponto importante da análise dessa fala é como a complexidade relacionada a esses temas afastam alguns pesquisadores e até mesmo professores de dar apoio a seus alunos e orientandos a respeito dos temas. Isso está ligado ao que discutimos no tópico anterior sobre a pseuda neutralidade do design para se inserir como ciência e muitas vezes por uma falta de posicionamento político dos próprios professores diante de suas pesquisas.

A fala abaixo reitera a necessidade de um posicionamento político do design, de nossas pesquisas e de nós enquanto pesquisadores diante do enfrentamento às questões contemporâneas.

> *Na realidade o seminário foi de encontro ao que tenho buscado investigar. Na minha bolha acadêmica, muito se fala de sustentabilidade social para produtos e serviços, mas quando você aprofunda, percebe uma falta de clareza e direção no que se refere ao design gráfico. Diria até, falta de engajamento, uma postura mais radical, proporcional ao tamanho do enfrentamento necessário na contemporaneidade.* José

O design é uma atividade multidisciplinar, flexível que convive bem na fronteira, tem o potencial de imaginar e criar novas realidades e mundos (Escobar, 2020) . Desse modo, é evidente o desafio de estabelecer novos paradigmas para a criação e utilização dos conhecimentos em design. Se posicionar de maneira política no campo do design requer uma construção relacional para uma conexão intersubjetiva com o mundo. Isso implica reconhecer outras narrativas, desafiar a linearidade de narrativas épicas e ou narrativas únicas. Para tanto, é preciso estar aberto ao dissenso, a um processo de negociação constante que tem como resultado o possível dentro do inegociável (Izidio *et al.*, 2024). Essa condição de imanência gera pânico em uma cultura capitalista colonial patriarcal, e consequentemente no design, no sentido de que rompe com as verdades estáveis e sedimentadas da ciência e do campo do design.

4.3 "Ok, Sabemos Tudo Isso, Mas e Agora?": o design como luta.

> *Encontrei as mesmas dúvidas e reflexões que têm surgido no meu percurso. Notei muita frustração nas conversas, frequentemente parando no ponto de "ok, sabemos tudo isso mas e agora?" ou a frequente sensação de impotência de saber tudo isso mas não conseguir colocar em prática, especialmente quando se trabalha no setor privado.* Renata

Uma devolutiva frequente em diversos momentos das leituras e discussões no seminário, também reverberada em outros espaços de discussão frequentados pelos autores, a saber, o grupo de estudo da Rede Design & Opressão, também, em palestras e seminários ministrados, é a de que mesmo reconhecendo todas as questões debatidas anteriormente, designers no campo acadêmico e no mercado se veem de "mãos atadas" para combater um sistema que os impulsiona a continuar reproduzindo opressões. Em linhas gerais, o sentimento é de impotência.

Como encarar e reconhecer o oprimido e o opressor em nós (Freire, 1968) e continuar a manter um sistema que deseja nos docilizar? Neste sentido, após uma palestra de uma das autoras em um evento de Design e Sustentabilidade, uma aluna de graduação em design questionou como seria possível vivenciar outros modos de fazer design se ela estava submetida a uma lógica produtivista do mercado.

O questionamento se repetiu em diversos momentos, sobretudo aos finais de discussão dos textos, no sentido de: sim, sabemos, mas como viver essa prática emancipadora? Não temos uma resposta. Mas acreditamos que as ações micropolíticas, tanto no ambiente de trabalho, quanto na vida, são possibilidades de exercer o que Freire aponta como ação dialógica.

A perspectiva dialógica proposta por Paulo Freire pressupõe a construção conjunta do pensamento e da ação com os sujeitos historicamente oprimidos, reconhecendo-os como agentes ativos na transformação de sua realidade. Para o autor, não se trata de atender às necessidades dos oprimidos a partir de uma postura paternalista, mas de estabelecer um compromisso ético-político baseado na escuta, na horizontalidade e na construção coletiva do conhecimento. O diálogo, nesse sentido, não é um gesto de concessão, mas uma prática pedagógica emancipadora, sustentada pela humildade, pelo interesse sincero de ouvir e aprender, pelo reconhecimento de todos como sujeitos históricos capazes de escrever suas próprias histórias e pela confiança no poder coletivo para a superação das opressões

Interlocuções entre Design e a pedagogia crítica Freireana apresentadas por Mazzarotto e Serpa (2022) nos ajudam a refletir sobre um pensar e fazer Design a partir de outras ontologias e epistemologias, de modo a politizar nossas ações e nos direcionar para a superação das opressões por meio de compreensão e intervenção dialógica no mundo.

Neste sentido, ainda que as urgências de subsistência nos coloquem em uma posição subserviente em relação ao mercado (ou mesmo às práticas por vezes predatórias da academia), podemos encontrar espaços de ação micropolítica que nos possibilitem agir,

pouco a pouco, para a nossa própria emancipação, para a emancipação dos que caminham conosco e para a superação das opressões. Esta é a luta que precisamos assumir cotidianamente se quisermos contribuir para a construção de outros mundos.

5 Da Política à Cosmopolítica, à Guisa de Conclusão

O VII Seminário do NIDA construiu um arcabouço teórico que nos possibilitou pensar na relação design e política de maneira a questionarmos a utopia da neutralidade no design, enquanto campo do saber e também da sua práxis. Para que isso se estabeleça, identificamos a necessidade latente de politização do campo e uma formação política. Por meio de uma bibliografia diversa que oportunizou um contexto interseccional da práxis de um Design Político, consideramos que foi possível fomentar uma consciência crítica para nossas práticas de pesquisas. Também percebemos que, diante das discussões, os participantes corroboram a necessidade de superarmos as impossibilidades que a pseudoneutralidade do campo traz com ela.

Uma alternativa ao sentimento de impotência diante da magnitude dos problemas contemporâneos, especialmente as consequências do Antropoceno, seria agir de maneira micropolítica a fim de estabelecer fissuras nessas barreiras. Como ponto de partida, entendemos que o primeiro passo é se posicionar politicamente diante de nossas pesquisas e práticas. Afinal, refletir de maneira crítica na maneira como, nós designers e pesquisadores da área, temos construído nossas subjetividades, nossos modos de ver, sentir e estar no mundo. Pois, os sujeitos que somos capazes de ser, estão intimamente ligados ao nosso tempo, com a materialidade, com os nossos saberes e fazeres, a maneira como produzimos, como reproduzimos, como distribuímos e acessamos os frutos do trabalho.

Seguimos, assim, com os aprendizados possibilitados pelas trocas compartilhadas, e o convite realizado por Stengers (2012), quando apresenta o conceito de cosmopolítica: a proposição de uma instância que desacelara o desencadeamento de ações abruptas em um paradigma em crise, e propõe novas práxis, novas formas de compor mundos coletivamente, propondo participais outras, que não sejam condicionadas, como ressalva Rivera Cusicanqui (2010).

Em estudos anteriores (Noronha, 2022), argumentamos sobre o que seria de fato uma colaboração, e as armadilhas coloniais de nossas práticas desfuturizantes de design e pesquisa em design, nos aprendem a uma ideia de política que ainda se pauta na narrativa de uma democracia humana. No intuito de superarmos tais paradigmas, seguimos com algumas proposições identificadas nas leituras que aqui apresentamos, para um design cosmopolítico (Yaneva e Zaera-Polo, 2015): considerar entidades não humanas como agentes políticos; criar espaços de hesitação, não de resolução imediata; atuar em redes de interdependência; e valorizar práticas situadas, coletivas e experimentais.

6 Referências

ALMEIDA, A. J. M. Gênero como modo de leitura para a história do design. In: Almeida, A. J. M; Flesler, G.; Santos, M. C. L.; Noronha, R. **Design e gênero**: experiências coletivas de ensino. São Luís: EDUFMA, 2024.

ANSARI, Ahmed. Decolonizing design through the perspectives of cosmological others: Arguing for an ontological turn in design research and practice. **XRDS**: Crossroads, The ACM Magazine for Students. 26, 2019, pp. 16-19.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BECCARI, Marco N. Design e tecnologia sexual: breve panorama a partir de Foucault e Preciado. **Periódicus**, Salvador, n. 16, v. 3, out.2021-dez.202, pp.63-81.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO DOS SANTOS, Antonio [Nêgo]. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora (coedição Piseagrama), 2023.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: Buarque de Holanda, Heloísa (org.). **Pensamento feminista hoje**. Perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2020, pp. 121-138.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XX. São Paulo: Boitempo, 2017.

DURÁN, Valeria; FLESLER, Griselda. De visibilizaciones, esencialismos y contingencias: aportes de los estudios de género al campo del diseño. **Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas "Mario J. Buschiazzo"**. 51(1). Disponível em: https://www.iaa.fadu.uba.ar/anales/anales51-1/v51n1a07.htm, 2021.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y Diseño**. La realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

ESCOBAR, A. **Contra o terricídio.** Tradução: Maria Cristina Ibarra. 2020. Disponível em: https://www.n-1edicoes.org/textos/190. Acesso em: 3 ago. 2023.

FRASER, Nancy: **Capitalismo canibal.** Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Anatomia Literária, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1968.

FRY, Tony; TLOSTONOVA, Madina. **A New Political Imagination**. Making the case. Abingdon, Oxon; New York, NY : Routledge, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

IZIDIO, Luiz Claudio Lagares; NORONHA, Raquel Gomes; FARIAS, Luiza Gomes Duarte de; FERREIRA, Gabriela Ramos. Contranarrativas epistemológicas no campo do design: reflexões do ciclo de estudos colonialcontracolonial. Arcos Design, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 164–189, 2024. DOI: 10.12957/arcosdesign.2024.81499. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/81499. Acesso em: 10 maio. 2025.

IZIDIO, L. C. L., FARIAS, L. G. D. de, & NORONHA, R. G. Reapropiación ontológica a través del diseñoantropología: producción de narrativas y subjetividades con artesanas en Paço do Lumiar, Maranhão. **RChD**: Creación Y Pensamiento, 7(12), 2022, 5–22.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LATOUR, Bruno. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia.** Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. São Paulo: EdUSC, 2004.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. Trad. Silvia de Bernardinis. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MANZINI, E. **Design, when everybody designs**. An introduction to design for social innovation. London; Cambridge: The MIT Press, 2015.

MAZZAROTTO FILHO, Marco André; SERPA, Bibiana Oliveira. Cartas (anti)dialógicas: politizando a práxis em Design através da pedagogia crítica de Paulo Freire. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 171–194, 2022. DOI: 10.12957/arcosdesign.2022.64305. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/64305. Acesso em: 10 maio. 2025.

NORONHA, Raquel: IZIDIO, Luiz: PORTELA, Imaíra. Macro and micropolitics in designanthropology in Brazil: borders and intersubjectivities in contexts of vulnerability. No prelo.

NORONHA, Raquel. Ceci n'est pas une collaboration! Notas sobre contracolonialidade e poder nas relações entre designers e artesãs. In: PAOLIELLO, C.; ALBINO, C. **Design e artesanato 22 verbos - 22 autores**. Aveiro: Universidade de Aveiro Editora, 2022. p. 59-71.

NORONHA, Raquel. O designer orgânico: reflexões sobre a produção do conhecimento entre designers e louceiras em Itamatatiua – MA, pp. 277-294. In: **Ecovisões projetuais**: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Blucher, 2017.

PELBERT, Peter Pal. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. 1ed – 2 reimpressão, São Paulo: Iluminuras, 2011

PRECIADO, Paul B. ***Dysphoria mundi***. O som do mundo desmoronando. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

PRECIADO, Paul B. ***Testo Junkie***: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2014.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. ***Ch'ixinakax utxiwa***: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores -1a ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitics II**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. Trad. Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de Leituras.** n. 62. p. 1-15. Belo Horizonte: Chão de Feira, mai/2017.

TUNSTALL, Elizabeth. Decolonizing Design Innovation: Design Anthropology, Critical Anthropology. In **Design Anthropology**. Theory and Practice. Wendy G, et al. (eds) Bloomsbury Academic, England, 2013.

YANEVA, Albena; ZAERA-POLO, Alejandro. **What is cosmopolitical design?** design, nature and the built environment. Surrey: Ashgate, 2015.